

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2022

DENOMINAÇÃO STELLA MARIS DE LEIXÕES – OBRA DO
APOSTOLADO DO MAR

MORADA Rua Fresca

N. 78 ANDAR LOCALIDADE Matosinhos

FREGUESIA Leça da Palmeira

CONCELHO Matosinhos

COD. POSTAL 4450-678

EM

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: Leça da Palmeira

DATA: Leça da Palmeira 16 de Março 2023

Leça da Palmeira 16 de Março de 2023

ASSINATURAS

F. J. Rod. C. S. Reis

ASSINATURA DO PRESIDENTE

António Sousa Pinheiro ? Francisco António Moreira da Costa
Dr. Manuel Francisco
António

STELLA MARIS - OBRA APOSTOLADO DO MAR
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 501164537

Moeda : (Valores em Euros)

Handwritten notes:
7409
M
A
S
12
12

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2022	31-dez-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	0,00	0,00
		0,00	0,00
Ativo corrente			
Inventários	5	115,19	138,76
Créditos a receber	10.1	5 440,26	3 129,10
Diferimentos	10.2	414,24	100,49
Caixa e depósitos bancários	10.3	148 011,60	129 652,47
		153 981,29	133 020,82
Total do ativo		153 981,29	133 020,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	145 790,16	145 790,16
Resultados transitados	10.4	-19 062,53	-28 670,42
		126 727,63	117 119,74
Resultado líquido do período		20 546,34	9 607,89
Total dos fundos patrimoniais		147 273,97	126 727,63
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	1 493,67	955,91
Estado e outros entes públicos	10.6	576,31	699,55
Outros passivos correntes	10.7	4 637,34	4 637,73
		6 707,32	6 293,19
Total do passivo		6 707,32	6 293,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		153 981,29	133 020,82

A Direção

O Contabilista Certificado

Handwritten signature: Francisco Eduardo Monção da Costa

Handwritten signature: [Signature]

STELLA MARIS - OBRA APOSTOLADO DO MAR
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 501164537

Moeda : euros

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	6	10 474,76	5 319,10
Subsídios, doações e legados à exploração	7 / 10.8	59 600,00	57 060,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-43,79	-16,95
Fornecimentos e serviços externos	10.9	-14 753,57	-15 085,45
Gastos com o pessoal	8	-34 601,31	-35 008,81
Outros gastos	10.10	-129,75	-2 660,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 546,34	9 607,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 546,34	9 607,89
Resultados antes de impostos		20 546,34	9 607,89
Resultado líquido do período		20 546,34	9 607,89

A Direção

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of Francisco Eduardo Moreira da Costa

Handwritten signature of the Certified Accountant

Entidade: STELLA MARIS - OBRA APOSTOLADO DO MAR
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501164537

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	10 474,76	5 319,10
Custo das vendas e dos serviços prestados	5/8	-34 645,10	-35 277,51
Resultado Bruto		-24 170,34	-29 958,41
Outros Rendimentos	7/10.8	59 600,00	57 060,00
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos	4/10.9	-14 753,57	-14 833,70
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros Gastos	10.10	-129,75	-2 660,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 546,34	9 607,89
Resultado antes de impostos		20 546,34	9 607,89
Resultado líquido do período		20 546,34	9 607,89

A Direção

21 Francisco Alexandre Pereira da Costa

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures and initials]

STELLA MARIS - OBRA APOSTOLADO DO MAR
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		8 163,60	4 601,10
Pagamentos a fornecedores		-15 123,62	-15 198,23
Pagamentos ao pessoal		-24 559,93	-24 754,84
Caixa gerada pelas operações		-31 519,95	-35 351,97
Outros recebimentos/pagamentos		22 279,08	19 555,15
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-9 240,87	-15 796,82
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		27 600,00	25 060,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	-34,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		27 600,00	25 025,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		18 359,13	9 228,98
Caixa e seus equivalentes no início do período		129 652,47	120 423,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.3	148 011,60	129 652,47

A Direção

O Contabilista Certificado

R. Francisco Machado Moreira da Costa

[Assinatura]
17/86

Trind
A
USA

STELLA MARIS

OBRA APOSTOLADO DO MAR

Anexo

Demonstrações Financeiras

2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Inventários	11
6	Rédito	11
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
8	Benefícios dos empregados	12
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
10	Outras Informações	13
10.1	Créditos a receber	13
10.2	Diferimentos	13
10.3	Caixa e Depósitos Bancários	13
10.4	Fundos Patrimoniais	13
10.5	Fornecedores	13
10.6	Estado e Outros Entes Públicos	14
10.7	Outros passivos correntes	14
10.8	Subsídios, doações e legados à exploração	14
10.9	Fornecimentos e serviços externos	14
10.10	Outros gastos	15
10.11	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like "F. Freitas" and "A. Almeida".

1 Identificação da Entidade

A “STELLA MARIS - OBRA APOSTOLADO DO MAR” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” registada no Instituto da Segurança Social no livro dois das Associações de Solidariedade Social, nas folhas 101 e verso, sob o número 20/84, com sede em Rua Fresca, nº 78, Leça da Palmeira. Tem os seguintes objetivos:

- Promover o bem-estar dos marítimos e das suas famílias, a bordo e nos portos, prestando-lhes assistência social, moral e religiosa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

MUSI.
T.M.
F. F. F. F. F.
S. M. H.
V. A.

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

M. M. M.
R. F. F.
A. A. A.
M. M. M.
Y. Y. Y.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

MAR.
P: Fresca
A
M
M
S
V

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "P. 1.", "P. 1. Financeiro", and several illegible signatures.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Edifícios	24.939,89				24.939,89
Equipamento Básico	35.851,99				35.851,99
Equipamento de Transporte	18.406,01				18.406,01
Equipamento Administrativo	3.136,69				3.136,69
Ativo Tangível Bruto	82.334,58	0,00	0,00	0,00	82.334,58
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	24.939,89				24.939,89
Equipamento Básico	35.851,99				35.851,99
Equipamento de Transporte	18.406,01				18.406,01
Equipamento Administrativo	3.136,69				3.136,69
Depreciações Acumuladas	82.334,58	0,00	0,00	0,00	82.334,58
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	155,71	0,00	0,00	138,76	20,22	0,00	115,19	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	155,71	0,00	0,00	138,76	20,22	0,00	115,19	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				16,95			43,79	

6 Rébito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2022	2021
Prestações de Serviços	10.474,76	5.319,10
Quotas de utilizadores	10.397,25	5.264,60
Quotizações e joias	0,00	0,00
Outros	77,51	54,50
Outros Rébitos	0,00	0,00
Total	10.474,76	5.319,10

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2022			31-12-2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
C M Matosinhos	Não reembolsável	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00
TOTAL		0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2021 e 2022, foram de "10". No período de 2022 mantiveram-se os membros designados para o quadriénio 2020/2023, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Pe. Francisco Andrade Moreira da Costa;

Secretário – José Paulo de Campos Mendes;

Tesoureiro – José Agostinho Carvalho Moreira;

Vogal – António Fernando de Sousa Pinheiro;

Vogal – José Manuel Teixeira Monteiro da Rocha;

Vogal – Nelson Fernando Sousa Moreira de Almeida;

Vogal – Pedro António Esteves da Fonseca Araújo.

Conselho Fiscal

Presidente – António Lopes da Silva Ferreira;

Secretário – Claudino Pereira da Silva;

Vogal – Miguel Duarte Baltazar de Holbech Beirão.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2022 foram de "3".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	28.563,10	28.809,00
Encargos sobre as Remunerações	5.605,75	5.698,90
Seguros de Acidentes no Trabalho	429,67	439,41
Apoio médico e medicamentos	2,79	0,00
Total	34.601,31	35.008,81

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	5.440,26	3.129,10
Total	5.440,26	3.129,10

10.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	414,24	100,49
Total	414,24	100,49

10.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	5.437,27	168,00
Depósitos à ordem	142.574,33	129.484,47
Total	148.011,60	129.652,47

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	145.790,16	0,00	0,00	145.790,16
Resultados transitados	-28.670,42	9.607,89	0,00	-19.062,53
Total	117.119,74	9.607,89	0,00	126.727,63

10.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	1.493,67	955,91
Total	1.493,67	955,91

10.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	88,00	89,00
Segurança Social	488,31	610,55
Total	576,31	699,55

10.7 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	4.637,34	0,00	4.637,73
Total	0,00	4.637,34	0,00	4.637,73

10.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	32.000,00	32.000,00
Doações e heranças – Donativos	27.600,00	25.060,00
Total	59.600,00	57.060,00

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	963,94	251,75
Serviços especializados	2.155,12	3.134,95
Materiais	80,91	95,94
Energia e fluidos	10.111,44	10.071,16
Serviços diversos	1.442,16	1.531,65
Total	14.753,57	15.085,45

10.10 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios de 2022 e 2021, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Gastos	129,75	2.660,00
Total	129,75	2.660,00

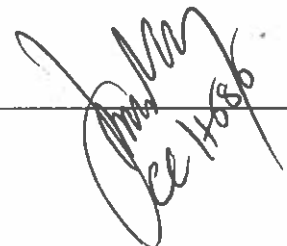
10.11 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça Palmeira, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção

